



27045821



08018.045633/2022-83



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS — CONARE

A PRESENTE ATA FOI APROVADA POR TODOS OS MEMBROS PRESENTES À 176ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONARE, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

VERSÃO DESIDENTIFICADA DESTA ATA FOI ELABORADA PARA INSERÇÃO NA PÁGINA VIRTUAL DO CONARE. TRECHOS SIGILOSOS FORAM SINALIZADOS POR "(...)".

No dia nove de setembro de dois mil e vinte dois, às dez horas, foi realizada, em ambiente virtual, a centésima sexagésima quarta Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, presidida pela Diretor do Departamento de Migrações, Presidente do Conare em exercício, **Sr. Alexandre Rabelo Patury**.

Foi registrada a presença do Coordenador-Geral do Conare, **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté**; do Diretor do Departamento de Migrações, **Sr. Alexandre Rabelo Patury**, na qualidade de Presidente em exercício; da membro titular do Ministério da Economia, a **Sra. Lucilene Estevam Santana**; do membro da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, **Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão**; do membro da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, **Padre Marcelo Maróstica Quadro**; do representante do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur), **Sr. William Torres Laureano da Rosa**.

Ademais dos membros do Comitê Nacional para os Refugiados, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, foram também registradas as presenças do Defensor Público Federal, **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** e da representante do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, **Irmã Rosita Milesi**.

Acompanharam também a reunião na condição de participantes:

Adriana Gregorut (Ministério Público Federal), AISA/MS/BRASIL, Alessandro Lopes Barroso (CG-Conare), Aline Araújo (IMDH), Amarilis Busch Tavares (MJSP), Ana Carolina Furukawa Iftoda (CG-Conare), Ana Carolina Vieira Ribeiro (CG-Conare), Ana Célia Honorato Dorta (CG-Conare), Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede (CG-Conare), Barbara Linne Soares do Carmo (CG-Conare), Bruno Ribeiro Castro (Polícia Federal), Caroline Dias dos Reis (CG-Conare), Clarissa Carmo (CG-Conare), Corina Dias Adorno Ferreira (CG-Conare), Danielle do Amaral Pizetta (CG-Conare), Emiko Aparecida de Castro Matsuoka (CG-Conare), Fabiane Lopes Santiago dos Santos (CG-Conare), Fatima Mayumi Kowata (CG-Conare), Fernando Domingos de Farias (CG-Conare), Fernando Lopes da Fonseca (CG-Conare), Gabriel Felipe da Fonseca Dizner (CG-Conare), Hugo Felipe Gonçalves (CGIL), Iara Rocha Guimarães (Acnur), Janira Tripodi Borja (CG-Conare), Jefferson Tavares de Araujo (CG-Conare), Joana Soares Cordeiro Lopes (Acnur), Jorge Luiz Ribeiro de Paula (CG-Conare), Juliana Cardoso Benedetti (MRE), Juliana Nascimento Bueno da Silva (CG-Conare), Lais Vitoria Cunha de Aguiar (CG-Conare), Lais Yumi Nitta (CG-Conare), Lazaro Romualdo da Silva (CG-Conare), Leila Romanini (CG-Conare), Lígia de Camargo Molina (Cáritas); Luana Maria Castelo Branco

Medeiros (CG-Conare), Luis Marcos dos Reis Jr. (CG-Conare), Maria Clara Godoy dos Santos Santiago (CG-Conare), Marianna Borges Soares (IMDH-Jurídico), Monica Salina Lima (CG-Conare), Sra. Larissa Moura Getirana (Cáritas), Pablo Mattos (Acnur), Pedro Henrique de Moraes Cicero (CG-Conare), Renata Braz Silva (CG-Conare), Rodrigo Alison dos Santos Souza (CG-Conare), Rogerio Tavares Leda (CG-Conare), Sabrina Lemos Pereira, Thayse Karoline de Sousa Medeiros (CG-Conare), Vitoria Luiza dos Santos Cruz (CG-Conare), Yara Mitsue Iguchi (CG-Conare), Yolanda Cavalcanti Alves (CG-Conare), Yvanack Dantas Valério da Silva (CG-Conare).

A reunião foi iniciada com a seguinte pauta:

1. Informações diversas;
2. EPO – Estudo de País de Origem;
3. Sisconare – novas entregas;
4. Atuação em Rede-RJ;
5. PUC-SP;
6. Força Tarefa 2013;
7. Próxima reunião:
 - a. Data estimada, ainda a confirmar: 06 de Outubro.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** inicia a centésima sexagésima quarta reunião informando que, conforme falado na reunião anterior, não haverá tema deliberativo nesta reunião, sendo realizada apenas com o objetivo de discutir temas de gestão interna. O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté se dispõe a eventuais dúvidas referente ao funcionamento desta plenária e inicia a discussão pelo item de número seis da pauta, convocando a Chefe da Divisão de Soluções Duradouras, Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, para exposição dos detalhes. O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, de antemão, explica os procedimentos que foram realizados em casos onde houveram lacunas no período de renovação de protocolo da solicitação da condição de refugiado e ressalta que esta força-tarefa já fora finalizada.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** inicia a apresentação explicando que as motivações desta força-tarefa se dão por limpezas na base cadastral, tendo em vista diversas mudanças na forma como os fluxos de pedidos de refúgio eram protocolados anteriormente de maneira manual, passando, atualmente, para um fluxo automatizado. Como anteriormente se lidava com um grande número de processos de maneira manual, muitas informações se perdiam durante os registros nos sistemas. Ressalta que foram realizadas outras tentativas de esforços para resolução deste problema, mas que só agora conseguiram, de fato, finalizá-las. A Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros explica, de maneira pormenorizada, o funcionamento da base de dados mais completa, o Sistema de Tráfego Internacional - Módulo Alerta e Restrição (STI-MAR); onde foram encontrados um total de 1.438 (mil quatrocentos e trinta e oito) processos do ano de 2013 que se encontravam ativos. Expõe as dificuldades apresentadas em encontrá-las nas caixas do Sistema Eletrônico de Informações (Sei), considerando a existência de mais de 40 (quarenta) caixas gerenciadas para análises processuais, desconsiderando, ainda, o sistema Sisconare. Dos total de processos citados, mais de 1.100 (mil e cem) processos já se encontravam decididos, ou seja, não eram processos pendentes de análise, explicando que ainda se encontravam no sistema por falta de comunicação processual. Relata que estes processos já decididos foram enviados à Polícia Federal (PF) para fins de protocolização da decisão no STI-MAR. Foram encontrados por volta de 300 (trezentos) processos que, de fato, precisavam ser decididos. Destes processos, 214 (duzentos e quatorze) precisavam ser extintos porque estavam como ativos, mas não existia nenhuma renovação de protocolos dessas pessoas. Foram realizadas buscas exaustivas, não sendo realizadas nenhuma busca por cruzamento de planilhas, mas sim buscas manuais, em todos os sistemas possíveis. Ainda, 37 (trinta e sete) destes processos se encontram em fase de recurso. Processos anteriores a 2013, entraram na categoria de 2013, tendo em vista que é o ano da homologação do sistema STI-MAR, e 5 (cinco) processos precisavam ser analisados pois não haviam decisão de primeira instância, desses cinco, 2 (dois) estavam para serem entrevistados e 3 (três) se encontravam em situação

de *backlog*. Vale ressaltar que desses 5 (cinco) que precisavam ser analisados, a grande maioria havia sido arquivada em algum momento e foi solicitado o desarquivamento por parte do solicitante porque antes não existia a figura da extinção, então os processos eram somente arquivados por solicitação do requerente, desistência, viagem e/ou qualquer outra razão. Então, esses processos, em algum outro momento da sua história, os solicitantes vieram ou retornaram ao Brasil, ou demonstraram querer retomar o fluxo dos seus processos de refúgio, tendo os processos sido desarquivados, o que hoje não poderiam ocorrer porque temos outras figuras, seriam extintos, tem um limite de número de desarquivamentos, esses processos seriam decididos de uma forma mais célere. E destes todos, tinham 24 (vinte e quatro) que nunca haviam sido digitalizados, que estavam aqui no Ministério da Justiça, tendo o registro deles, mas que por alguma razão, quando o Sei foi implementado no Ministério da Justiça, em 2015, eles não foram digitalizados. Foi feita a solicitação da digitalização, todos esses haviam decisão, e então eles também entraram na lógica de comunicação à DIAR para baixar no fluxo. Dentro dos 214 (duzentos e quatorze) extintos que estavam pendentes de decisão, alguns não foram localizados, nem fisicamente e nem digitalizados e também não foram encontrados nas unidades da Polícia Federal onde foram originalmente protocolados. Anteriormente, o fluxo destes processos seguia primeiramente pelo recebimento dos processos de maneira física na Polícia Federal e o posterior envio dos autos para o Conare de forma física e depois pelo Sei. Foram realizados esforços de contatar praticamente todas as unidades da PF porque haviam recebimentos em quase todos os locais e alguns desses processos, porque eram muitos antigos, terminaram não sendo localizados de forma alguma. E nesses, nós tivemos o cuidado de verificar se não existia nenhum outro pedido da pessoa no Sei com o nome semelhante, nem no Sisconare. E esses foram extintos de ofício pela coordenação, por não renovação também, já que não tiveram sua continuidade. A Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros retorna a palavra ao Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté.

Em seguida, o **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece à Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e reitera que não só esta força-tarefa, como diversas outras estão sendo executadas em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Diversas funções como, digitalização de atas, resgates de atas antigas, tratamento de parte sigilosa de ata e vários outros pontos estão sendo realizados de maneira harmônica e conjunta. Antes de delegar a palavra ao Sr. Rogerio Tavares Leda, o Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté passa a palavra ao representante da DPU, Sr. Gustavo Zortea da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortea da Silva** pergunta à Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros sobre os processos que entraram no STI-MAR e depois não foram localizados nem fisicamente, nem virtualmente. A Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros confirma a pergunta e explica que, em algum momento do fluxo, os processos, de alguma forma, terminaram sendo extraviados. Foi julgado que, como os processos eram muito antigos, envolviam diversos atores e considerando, principalmente o fluxo de decisão, eles não tinham um outro pedido de refúgio datando do período de dois mil e quatorze até o momento, não sendo realizadas renovações de protocolo. Salaria da dificuldade de saber se de fato estes processos chegaram a existir, ou se podem ter sido um erro de registro do STI-MAR, porque o input era totalmente manual. Reitera que foram realizadas buscas manuais em todos os sistemas possíveis para verificar se não existiam uma pendência destes processos. Não foram encontradas pendências.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** aproveita a fala da Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco e explica que o processo de implementação do Sei no Ministério da Justiça ocorreu em 2015 e que somente em agosto de 2016 foi implementado nas Polícias Federais. Informa que até a vigência do sistema na PF, os processos continuavam a vir ao Ministério da Justiça de maneira física. Afirma que solicitantes que tiveram seus processos extraviados poderiam fazer um novo pedido de refúgio, avisar que o seu processo antigo foi perdido, e que, por isso, teriam prioridades nas entrevistas, tendo em vista a data original da sua solicitação e entende-se que, não haveria prejuízos para estes requerentes. Subentende-se que, se estes requerentes tivessem interesse nos processos, teriam renovado protocolo, teriam visto que algo não estava de acordo, justificando a finalização destes processos. A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco** retoma a palavra explicando que a força tarefa mostrou que 90% dos processos já haviam sido decididos. Havia somente uma questão de ajustar os diversos registros, porque o solicitante não estava aguardando uma decisão do seu processo e já sabia que o seu processo havia sido deferido ou indeferido, portando o Registro Nacional Migratório (RNM) ou não residindo mais no

Brasil. O processo, para o solicitante de refúgio, já se encontrava decidido. Explica que não houve manifestações contrárias às decisões, desconsiderando somente estes 5 (cinco) casos que se encontram em pendência de análise e os que estão em espera de análise recursal, todos os outros, sob a perspectiva do solicitante, já se encontravam finalizados. O grande objetivo da força tarefa era o saneamento para que se consiga focar em processos que precisam ser analisados de fato. Explica que, no caso desses processos antigos, como existe a ordem de prioridade, a força tarefa se fez necessária para que se não tomasse tempo analisando estes processos. Reforça que os processos que estão em pendência de análise já se encontram em prioridade, já foram marcadas as entrevistas; e que os que já foram realizadas as entrevistas serão analisados de imediato. Explica que o objetivo é terminar com a análise dos processos de 2013, mas faz uma ressalva que processos de recursos são mais complicados, mas acredita que até o final do ano consiga finalizá-los totalmente.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** congratula os esforços do Conare e finaliza suas considerações.

O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté passa a palavra para o Sr. Rogerio Tavares Leda para que se fale sobre os processos de 2013 e 2014.

O **Sr. Rogerio Tavares Leda** inicia a explicação complementando o que foi dito pela Sra. Luana Maria Castelo Branco Medeiros, explicando que não foi um trabalho fácil; que tinham a obrigação de analisar processo por processo, verificar que tipo de decisão e colocar a decisão dentro do processo. Lembra que, dentre os 24 (vinte e quatro) processos que foram cadastrados no Sei, não havia o volume do processo. Então não havia como identificar que tipo de decisão havia dentro destes processos, seja arquivado ou reconhecido. Foi verificado no Sei do Ministério da Justiça a existência de uma caixa chamada Diarq-Cetef. Para acessar essa caixa, foi necessário conversar com as pessoas do protocolo para gerar um formulário de solicitação de documento físico para ser assinado pela Coordenação-Geral do Conare e poderem pegar os processos nestas caixas, digitalizar e protocolarem no processo digital, para descobrirem as decisões. Revela, também, que foi necessário fazer um trabalho de recuperação de uma caixa denominada pelo nome de Zdiret. Quanto aos processos de 2014, diz que os trâmites são os mesmos, mas ressalta que, na maioria destes processos, o solicitante fora convocado à entrevista, não compareceram e não renovaram seus respectivos protocolos. Ademais, estes processos estão pendentes de decisão, ou seja, estes processos, no sistema da PF, se encontram como ativos. Acredita que brevemente consiga finalizar.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece ao Sr. Rogerio Tavares Leda e aos colegas do Acnur e retorna a palavra à Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** informa que, dentre os processos de 2014, foram encontrados aproximadamente 2.400 (dois mil e quatrocentos) processos e que está sendo realizada a mesma atividade da força-tarefa de 2013. Nestes processos de 2014, o número de processos pendentes de decisão se encontram em um maior volume. Foram encontrados mais de 700 (setecentos) que precisarão ser extintos por não renovação. Dentre os processos de 2015, 2.700 (dois mil e setecentos) processos a serem analisados. Dos processos de 2016, como já havia sido implementado o Sei MJ, o número de processos era menor, sendo totalizado um número de 1.051 (mil e cinquenta e um) processos. Informa que o objetivo para este ano é terminar todos os processos datados até 2015 e que para o ano que vem restarão os processos datados do ano de 2016 e 2017. Explica que como no final do mês a Portaria DIREX/PF nº 28, de 11 de março de 2022 expira e que será aguardado por processos que não tiveram seus respectivos protocolos renovados para seguir a análise de extinção por não renovação de protocolo via Sisconare. Com a renovação dos protocolos antigos para o Sisconare, será possível realizar uma triagem dentro do próprio sistema, o que facilitará o fluxo posteriormente.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece aos senhores Delegado Marinho, Delegado Bruno, ao Sr. Diniz, Coordenador-Geral de Política Migratória e responsável pela atualização cadastral das bases de dados do STI-MAR, à Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, ao Sr. Rogerio Tavares Leda, ao Sr. Hugo Felipe Gonçalves, ao Sr. Marinho e os estagiários. Agradece a todos os funcionários regionais da PF, explicando a dificuldade em contabilização dos processos solicitados à estes. Também agradece a todos os servidores das divisões de alerta e restrições da PF. Sendo estes compostos pela Coordenação-Geral do Conare (CG-Conare), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e Polícia Federal (PF). Considerando um trabalho silencioso, pouco notado e que poucos o

valorizam. À Coordenação Geral de Documentação e Sistematização (CGDS), responsável pelo controle do Sistema Eletrônico de Informações (Sei) e o protocolo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, tanto a entrada quanto o arquivo geral. Explica que o tempo em contato com a CGDS é imensurável para resgate de processos que foram digitalizados às vezes em sua totalidade, às vezes não, que foram deslocados para o arquivo central do MJSP fora deste prédio. Ressalta a dificuldade destes processos de serem resgatados e que por se tratar de um processo considerado pequeno, existe a possibilidade de ainda existir processos antigos e que até o final do ano almeja-se a finalização dos processos ativos datados do ano de 2013 e 2014, corrigindo estas disfunções que apareciam nas bases de dados.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** convida a servidora, a Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro, para apresentação de produção dos Estudos de País de Origem (EPOs) – termo anteriormente utilizado em inglês, Country of Origin Information (COI) –. A mudança no uso do termo em inglês para o português se deu por questões de acessibilidade.

A **Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro** agradece ao Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, cumprimenta os membros do Comitê e aos convidados. Explica que a mesma e o Sr. Bernardo foram os responsáveis pela mudança do termo do inglês para o português. Inicia a apresentação contextualizando a motivação para criação de um espaço exclusivo para a gestão e produção de EPOs. A motivação se deu porque todas as leituras de manuais e as melhores práticas de refúgio indicam que a produção da informação a respeito da solicitação precisa ser feita o mais distante possível do caso. A objetividade é fundamental para garantir uma boa decisão de refúgio, e ela é a etapa mais importante, também, para garantir a isonomia nas decisões. A meta traçada pela equipe para o alcance deste padrão foi atingida. A estruturação da produção dos EPOs foi segmentada em dois tipos principais: o primeiro se trata de EPOs que atendem às demandas do caso, sendo o maior volume das solicitações e o segundo se trata da produção ativa para criação de procedimentos simplificados e acelerados de elegibilidade. A ideia é que, junto com todos os processos, como os que a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e o Sr. Rogerio Tavares Leda têm feito, como várias outras iniciativas, sejam reduzidas, também, o tempo de decisão de refúgio, através da redução deste tempo de produção. E com isso, o parecer ficará feito com maior qualidade e mais rapidez. É apresentado o slide contendo as informações.

Item I do slide - EPO para atender as demandas de casos.

É apresentado uma linha cronológica partindo do ano de 2019 explicando que, até este mesmo ano, não havia uma estrutura ou equipe específica para Gestão e Produção de EPOs. O próprio servidor realizava a entrevista conduzia a própria pesquisa, gerando um acúmulo de funções e tirava a objetividade que se tanto preza. A CG-Conare não tinha um método próprio para receber as demandas por EPOs. Não havia um fluxo para distribuir entre pesquisadores, e nem para compartilhamento interno de informações levantadas. As informações eram múltiplas para um mesmo perfil, então como cada um fazia a própria pesquisa, os oficiais de elegibilidade entrevistavam solicitantes com perfis semelhantes, mas utilizavam-se de múltiplas fontes o que acarretava a geração de múltiplas informações. Soma-se a isso, a falta de uma ferramenta específica, se gerava multiplicidade de informações que prejudicava a isonomia porque, às vezes, as decisões eram diferentes para um mesmo perfil. Foi lembrado casos dentro do comitê, onde haviam debates sobre casos semelhantes, mas com decisões distintas. Quanto à usabilidade, como os EPOs não tinham um formato institucional, cada um era apresentado de um jeito, e isto dificultava comparação, perspectiva temporal do que faziam, e que também não dava um caráter institucional para o que se era feito. E a questão do formato de apresentação é fundamental que exista de maneira institucional em vários órgãos e produtores de pesquisa. Até março de 2021, o tempo médio de espera por um EPO era de três meses. Esta era uma média considerada generosa. Existem casos de pessoas que ficaram esperando por uma pesquisa, quando não era a própria pessoa que produzia, por sete meses. As soluções encontradas foram: Buscar as melhores práticas internacionais; criação de um documento modelo para os EPOs, foi sugerido que seguisse a lógica da nossa legislação, então, desde aquele momento, o EPO segue os fundamentos da nossa legislação, sendo eles perseguição por nacionalidade, raça e religião. Temos uma metodologia própria de pesquisa, de escrita e de apresentação, que são utilizadas para capacitação de pessoas. Temos um fluxo para demanda, produção e revisão de EPOs. É um fluxo relativamente simples, mas precisou-se de um tempo para que todos consigam participar dele. Voluntários de pesquisa foram selecionados e treinados, existindo uma certa renovação. Temos a página interna para demanda e uso de EPO, para buscarmos referências, feedbacks e sugestões para a equipe. É

apresentado um fluxo de funcionamento dos modelos de Gestão de EPO por demanda no Brasil, constando o modelo anterior e o atual. A diferença entre o anterior e o atual é de que, no modelo anterior, o oficial de elegibilidade lidava diretamente com todo o processo. O modelo atual, que é o que segue todas recomendações e práticas é: a pessoa que lida com o caso faz as perguntas, e também é ela que é a pessoa mais indicada para fazer as perguntas pois tem o contato com o caso. Após isso, passam as perguntas à equipe de EPO, sendo esta responsável pela procura das fontes adequadas, realizando a pesquisa e atualizando o estudo. Atualmente, os responsáveis pela produção de estudos de países junto com a equipe de EPOs são: uma equipe de voluntários treinados, que demoram um tempo médio de 2 (dois) meses para chegar a um nível considerado ótimo de produção. A composição de voluntários é composta por 2 (dois) voluntários graduados, 2 (dois) especialistas e 3 (três) doutorandos. Existem acordos com as universidades, já havendo estudos produzidos pelo acordo de cooperação técnica com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), fazendo atualizações gerais dos estudos. A indicação é de que, através dessas parcerias, não se atendam aos casos especificamente, mas possam fazer atualizações gerais ou levantamento de indicadores. Com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), será realizado um acordo de cooperação técnica em breve. Por fim, existem, também, duas pessoas contratadas pelo Acnur, dentro da iniciativa de qualidade do asilo. Ambas possuem mestrado e experiência prévia em refúgio.

Uma dos resultados que pode ser considerado satisfatório a respeito da atual estrutura e que é muito importante, é que está sendo possível a geração de dados a respeito da atual produção. Isso permite monitoramento e avaliação, acompanhar e produzir relatórios. Até o dia 15 de agosto, 190 demandas por EPOs tinham sido tratadas, 185 estavam entregues e 5 estavam em produção. Este número é importante porque mostra que estão conseguindo dar vazão à demanda. Não há, hoje, um pedido de produção de EPO que fique esperando para ser distribuído. Quem demanda mais? A maioria é a própria equipe de elegibilidade (156), ou seja, as pessoas que lidam com o caso. A coordenação (7), com pedidos urgentes de pessoas com elevado perfil, ou casos muito excepcionais, como extradição entre outras coisas. E esses aqui (27), são demandas da própria Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro, solicitando atualizações gerais, estudos de indicadores e também alguns urgentes. A maioria dos EPOs é produzida pelos voluntários. As pesquisadoras do ACNUR representam uma proporção muito grande, aproximadamente um terço de toda a produção, sendo composta por somente duas pessoas. O ritmo de produção delas é muito mais rápido do que o dos voluntários, por motivos óbvios. 20 são produzidos aqui mesmo, e essa produção é feita entre a própria Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro e os estagiários, mas existem algumas pessoas, também, da coordenação elegibilidade que fazem a atualização de países não referentes a casos. Foram realizadas 4 atualizações gerais em parceria com os acordos das universidades. Os países mais demandados para atualização e inserção de informação ao EPO são: Angola, Filipinas, Marrocos, Nigéria, Paquistão, Colômbia, Egito, Líbano, Moçambique, República Democrática do Congo e Togo. Existem vários outros, mas principalmente estes 5 primeiros, são um terço da produção. Os resultados principais são a produção de EPOs de maior qualidade e com um caráter institucional. A equipe de produção de EPOs se demonstra satisfeita com a gestão da Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro. E, por fim, o tempo médio de espera de um EPO no Brasil é de 4 semanas, sendo este o tempo semelhante ao da Agência de Asilo da União Europeia. Ressalta-se que esta agência se utiliza de muito mais recursos do que nós.

Item II Slide: EPO para simplificação de aceleração

Existem, atualmente, quatro produtos, mas se tem como objetivo a redução para três. Os estudos temáticos se tornarão pacotes de informação. Os pacotes de informação são estudos aprofundados sobre o perfil, um parecer modelo e um guia de perguntas para identificar se o solicitante pertence a esse perfil. Essa ideia teve como inspiração o modelo do México, que foi desenvolvida com o apoio do ACNUR, e mesmo tendo começado depois deles, já o estamos ultrapassando. Temos dois pacotes de informação já completos, sendo eles: (...). Temos 5 em elaboração, sendo eles: (...). Tudo isso foi identificado utilizando-se de mistura de critérios quantitativos e qualitativos. Verificamos os maiores países com proporção de deferimento pelo determinado fundamento, analisamos o histórico, averiguamos se esse perfil é sustentado nos últimos 12 meses e, através da pesquisa, vimos que qualitativamente faz sentido. Dos Estudos temáticos, temos países que criminalizam pessoas e práticas que são identificadas como LGBTQIA+ e os países com a incidência da mutilação genital feminina. Ambos se tornarão pacotes futuramente. Os EPOs que viraram nota técnica têm um formato específico para aplicação da Declaração de Cartagena.

Todos esses são produzidos dentro da CG-Conare, esses no máximo se pede um apoio de alguns dados, de algum voluntário, mas eles precisam ser produzidos aqui, Venezuela, Síria, Iraque, Afeganistão, Mali e Burkina Faso. Esses últimos 4 foram produzidos pelo Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero e temos, também, os EPOs indicadores. Temos 17 completos, 13 em elaboração e vamos pedir mais para serem elaborados pelos universitários dos acordos de cooperação técnica.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** pede a palavra à Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro para perguntar sobre o que são os EPOs de Indicadores.

A **Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro** responde que se trata de um levantamento de quais são os principais indicadores que consideram mais relevantes para se dar uma contextualização geral do país analisado. A Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro se dispõe a mostrar, na prática, o funcionamento de um EPO. A ideia é que este EPO seja lido pela pessoa que fará a entrevista antes mesmo da entrevista, e que isso ajude a identificar mais facilmente o contexto do país. Os indicadores presentes nos EPOs podem ser utilizados e citados no parecer, se forem considerados relevantes. Isto serve para tornar a entrevista mais acurada.

A **Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro** reitera que as soluções para pensar em estudos para simplificação e aceleração foram realizadas buscando as melhores práticas. Existem manuais específicos sobre procedimentos acelerados que foram utilizados para entender o que se aplica à realidade brasileira. Existe uma metodologia própria já registrada sobre delimitação destes perfis para remover o caráter pessoal, possuindo um critério específico. Há informações necessárias para serem realizadas com prazos e critérios para monitoramento e avaliação destes procedimentos simplificados. Estes perfis foram selecionados e criados pacotes de informação.

Item III Slide: Resultados principais - Simplificação

A **Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro** esclarece a diferença entre a simplificação e a aceleração. A simplificação é uma ação sem cortar nenhuma etapa, simplificar de formas que elas andem mais rápido. Então, por exemplo, um parecer modelo entra na categoria de simplificação porque reduz o tempo de produção de um parecer. Uma produção mais agilizada do Estudo de País de Origem dentro de um documento estruturado também é simplificação porque reduz este tempo. A aceleração é quando se pula uma etapa, que neste caso só temos com a aplicação da Declaração de Cartagena, quando dispensamos a entrevista. Dos principais resultados dos processos simplificados se tem a redução de um tempo mínimo para 6 semanas o tempo total da decisão. Isso significa, em termos práticos, a redução do tempo de espera de uma plenária. As decisões permanecem individuais, mas elas são mais rápidas e mais precisas tendo em vista o aumento da qualidade reduzindo o tempo. E com isso, aqui na casa, têm-se um conhecimento aprofundado sobre esses perfis específicos, gerando um conhecimento específico.

Item IV Slide: Resultados principais - Cartagena

Quanto aos resultados principais da aplicação de Cartagena, existem um total de 6 casos apresentados, todos foram apresentadas e debatidas dentro do comitê. Mais de 50.000 decisões coletivas, ou seja, hoje isso é 5 a cada 6 deferimentos da CG-Conare. E, também, a gente tem um conhecimento aprofundado de importância conjuntural muito elevada.

A **Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro** finaliza a sua apresentação.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece à Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro. Reitera aos membros do Comitê que se tiverem dúvidas ou comentários, levantem as mãos para fins de organização. Mas antes agradece, também, à equipe de EPOs pelo trabalho prestado em parceria com o Acnur e ressalta que no âmbito do Mercosul há diversos países interessados. Para além de Ministério da Justiça, CG-Conare e Acnur, ressalta a importância do Ministério das Relações Exteriores que contribui, também, na formação de alguns EPOs, às vezes de forma muito completa, às vezes de uma forma bem pontual. Além de todos estes, agradece aos demais representantes do Conare, à Sociedade Civil e à Defensoria Pública da União. Comunica que o Conare é o maior interessado na produção destes estudos para fins de melhorias na tomada de decisão, reconhecendo os esforços da equipe na produção de conhecimento. Agradece, também, aos parceiros universitários, comentando o êxito na parceria com a FGV. E, após 10 dias, inicia-se uma parceria com a PUC-SP. O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté finaliza seus respectivos agradecimentos e passa para as perguntas.

A **Sra. Juliana Cardoso Benedetti** pede a palavra para parabenizar os responsáveis, acreditando que fizeram um trabalho primoroso e que, com certeza, representou ganho de eficiência e isonomia para subsidiar a avaliação dos pedidos em particular. Reitera que o Itamaraty continua à disposição para subsidiar a produção de EPOs, contando com uma rede de postos no exterior que já está acostumada a fazer este tipo de avaliação. Os postos fazem avaliação deste tipo para respaldar a participação do Brasil no mecanismo de revisão periódica universal no conselho de direitos, possuindo um vasto *Know how*. Os postos contam com interlocutores privilegiados, possuindo fontes de informação importantes, os diplomatas têm acesso à sociedade civil, à academia, órgãos governamentais e organismos internacionais. Avisa que, sempre que precisarem, em particular para a elaboração destes estudos temáticos, se colocam à disposição.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece à Sra. Juliana Cardoso Benedetti pela disponibilidade em resolução de pontos de dúvidas, quando não são encontradas em fontes internacionais.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** passa a palavra ao representante da Defensoria Pública da União, o Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** agradece novamente pela palavra e parabeniza pela profissionalização dos EPOs. Ressalta, como dito anteriormente pela Sra. Juliana Cardoso Benedetti, a notoriedade nos ganhos em termos de isonomia. Notava-se que, anteriormente, a dificuldade em organização e padronização. Dentre os questionamentos, o Sr. Gustavo Zortéa da Silva pergunta como o oficial de elegibilidade faz este questionamento para a equipe de EPOs; se a produção destes EPOs são atendidas em prazo célere; se é uma comunicação interna; como funciona o fluxo entre os mesmos.

A **Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro** responde que existe um formulário específico para pedir a formulação do EPO. Ao chegar, o pedido é imediatamente atendido. Foi criada uma ferramenta através da plataforma Microsoft Sharepoint. Dentro desta plataforma, foram criadas as funcionalidades de solicitação da criação dos EPOs. Por meio de um formulário, preenchendo uma série de critérios, o servidor de elegibilidade deve, primeiramente, verificar se há a existência do EPO solicitado. São abertas várias caixas a serem preenchidas para requisição da formulação do EPO. Em caso de urgência na produção de um EPO específico, o oficial deve justificar os critérios para ser considerado uma análise de urgência. O EPO urgente é entregue em uma semana, sendo os outros entregues em até quatro. Após o preenchimento de todas as informações, o formulário é repassado à Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro e sua respectiva estagiária, que é repassado, no máximo, em até 2 dias úteis para um pesquisador. Existe uma planilha de controle onde são gerados os dados e que constam todos os pedidos, informações de quem está elaborando, data e prazo de entrega. Quando o prazo é ultrapassado, os pedidos ficam amarelos e/ou vermelhos, sendo cobrados pela elaboração célere destes. Todos os estudos produzidos são compartilhados em uma página principal.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** pergunta se esta base de EPOs têm sido utilizada na produção acadêmica.

A **Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro** explica que ainda não. Diz que gostaria muito de incentivar. Acredita que a aproximação da academia com os acordos das universidades se insere neste momento. Diz que pretende estudar este assunto, após deixar o cargo. Acredita que o movimento é um pouco mais longo e que uma das intenções, descritas por Laís e o Pedro, é um investimento de um pouco mais a longo prazo, de despertar esse interesse em aproximar o ambiente acadêmico do Conare.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** finaliza sua fala perguntando se esta apresentação poderia ser disponibilizada.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** responde que sim.

A **Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro** retoma explicando que todos os EPOs produzidos possuem o nome e data de atualização. A existência de alguns estudos mais atualizados que outros se dá pelo motivo de volume de demanda. Afirma que ainda não consegue ter uma atualização proativa dos casos, dependendo muito da demanda dos EPOs, por limitação de equipe e por dificuldades de antever a agenda com a atualização. Acredita que estes problemas serão sanados com a parceria com o Acnur até o fim do ano. Apresenta uma página onde constam todas as compilações de fontes de pesquisa. Explica que as solicitações são feitas apenas pelo formulário e que a única pessoa que pode solicitar a produção de um EPO fora do formulário é o Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté. Explica que no início a equipe de

elegibilidade enfrentou dificuldades tendo em consideração que as pessoas estavam acostumadas a lidar diretamente com um voluntário ou um estagiário que fazia pesquisa. Estavam acostumados, eles mesmos, a produzirem. Afirma que houve uma boa vontade muito sincera da equipe em não se apegar muito e abraçar a nova estrutura. É apresentada a estrutura do EPO, mostrando que existe uma categorização por títulos para fins de organização; que esta estrutura segue a lógica da legislação: fundado temor por motivo de raça; por motivos de religião; por motivo de nacionalidade; por motivos de pertencimento a grupo social; por motivo de opinião política. Tudo precisa estar devidamente referenciado. O EPO possui uma linha do tempo.

A Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro finaliza a sua apresentação.

O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté agradece à Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro e pergunta aos membros do Comitê se possuem mais alguma dúvida. Informa, também, que caso queiram retornar à pauta posteriormente, não haverá prejuízo, caso contrário, prosseguirá ao próximo tema.

O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté agradece à Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro novamente, mas reitera a existência de uma equipe robusta, com parceria do Acnur, na produção da área e uma troca de experiência muito rica com outros países, não sendo somente no âmbito do Mercosul, mas muito mais abrangente entre as Américas. Explica que já possuem conversas para apresentar no âmbito do Mercosul e de outros foros regionais. Reitera a existência de parceiros de diversas instituições, sendo o principal deles o Acnur, mas ressalta-se, mais uma vez, o Itamaraty, DPU, Cáritas-RJ e Cáritas-SP que muito ajudam na produção e reforço dos EPOs para além das parcerias firmadas com universidades, e aqui vigente FGV e a PUC-SP e outras conversas que vão, pouco à pouco, se aprimorando.

Na sequência, o **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** convida novamente a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros para voltar a falar do Sisconare, retomando a pauta, tendo em vista que na última reunião, a centésima sexagésima terceira, a apresentação foi realizada de maneira rápida devido a escassez de tempo. Reitera que os funcionários que prestam serviços direto aos requerentes devem testar as novas funcionalidades disponibilizadas nas plataformas, sendo composto principalmente por membros da Sociedade Civil e o Acnur. Afirma que obteve bons retornos e uma confiabilidade enorme no que já foi feito na base de decisões que já subiu para o Sisconare, mas reconhece a existência de problemas e que estes serão corrigidos. Por fim, reitera que aos membros do Comitê que se acharem útil interromper a apresentação, utilizem-se da funcionalidade 'levantar a mão', se não, anotar as dúvidas para o final da apresentação.

A Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros retorna a alguns tópicos da reunião passada. Dentre estes tópicos, retoma a principal novidade dentro do Sisconare, sendo o registro de todas as decisões já feitas pelo Conare e CG-Conare das pessoas que possuíam um processo dentro da plataforma. As decisões que foram feitas somente pelo Sistema Sei não foram transportadas ao novo sistema. Quanto às decisões que já foram implementadas dentro do ambiente Sisconare, estão as decisões de arquivamento e extinção. As decisões de mérito ainda estão sendo inseridas, pois foram atrasadas porque os sistemas do Ministério da Justiça estão passando por migração de ambiente este mês, mas acredita que na próxima semana já consiga retornar. Informa que o Sisconare se encontra fora do ar, no dia da reunião, justamente por este motivo. Ficarão disponíveis dentro da plataforma Sisconare não somente a fase que o processo se encontra, mas também os documentos finais produzidos em cada uma dessas fases sendo estes despachos de arquivamento, desarquivamento e extinção. Estes despachos ficarão disponíveis para o solicitante e, também, para a Polícia Federal. Informa que a funcionalidade de cadastro de refugiados reconhecidos e o registro da perda e cessação da condição de refugiado já estão prontos; que tais funcionalidades serão implementadas no sistema. Dentre as novidades que não foram apresentadas na reunião passada, são apresentadas metas de implementação de funcionalidades que se esperam estar na plataforma até o ano de 2023. Explica que o Sisconare é um sistema antigo, idealizado em 2015; que em 2017 quase estava no ar, mas por problemas de estrutura não foi implementado, e que somente em 2019 se encontrou em funcionamento. No começo do funcionamento do Sisconare, o foco estava no aprimoramento dos fluxos de recebimento, renovação de protocolo e emissão do DPRNM, que eram todos feitos pela Polícia Federal, e melhorar a usabilidade do sistema pelo solicitante, mas muito pouco, pois alguns processos ainda não se encontram no Sisconare. Com o recente estabelecimento do sistema pela Polícia Federal, foi resolvido focar em mostrar para os solicitantes como o processo se encontra, que é uma das promessas iniciais do Sisconare, mas também chegou o momento de terminar o

fluxo do processo dele no Sisconare, que era o objetivo principal do sistema. E isso, espera-se fazer até o final do ano em termos de desenvolvimento de sistema. Talvez, não se esteja utilizando o sistema 100% para isto, mas a ideia é que, aos poucos, tudo seja feito dentro do Sisconare, como por exemplo marcação da entrevista, construção do parecer, construção da plenária, entre outros. Afirma que aos interessados em testar a plataforma, enviará um e-mail de ativação do login no sistema e orientações. Informa que tudo que é feito na plataforma Sisconare é reproduzida no Sei, considerando que o Sei é o repositório oficial de todos os documentos produzidos na administração pública federal. Todos os documentos finais produzidos pelo Sisconare, todas as informações úteis que porventura venham a ser inseridas no Sisconare também são reproduzidas em formato de pdf no Sei. Aos que tiverem dificuldade de manusear o sistema Sisconare, poderão verificar, também, no sistema Sei. Mostra que as funcionalidades em preto são as que já estão em produção, e as vermelhas sendo as funcionalidades que se pretendem entregar. Dentre as funcionalidades que já estão em produção, se tem a integração com o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) que não se encontra funcionando por totalidade, mas que já ajuda bastante. Com a integração do CPF, se permitem novas formas de realizar o login no Sisconare. No Sisconare, a pessoa precisava se utilizar do e-mail para acessar o sistema e agora, o solicitante pode acessar a plataforma utilizando-se do número do processo e com o CPF, sendo a mesma senha. Esta funcionalidade já se encontra em funcionamento para as pessoas que têm o CPF cadastrado no sistema, podendo realizar o login, e aos que não possuem um CPF podem usufruir da funcionalidade utilizando os seus respectivos números de processo de refúgio. Retoma novamente a funcionalidade de arquivamento e extinção, que já fora apresentada na reunião passada sendo, também, retomada nesta, onde poderá realizado a carga em lote de processos já decididos e o cadastramento de refugiados dentro da plataforma. Quanto às funcionalidades que se esperam ser entregues até o final de ano, estão o registro de diligências e ocorrências – podendo as diligências serem enviadas e recebidas dentro da própria plataforma, conseguindo gerar anexos e textos dentro do sistema. A ocorrência é uma funcionalidade quando se precisa registrar algo dentro do processo, como atendimento realizado, um documento que o solicitante apresentou em algum momento de contato, um envio de um e-mail, ou qualquer que se julgue ser relevante àquele processo específico que poderá ser registrado no processo, sendo novamente enviado para o sistema Sei. Existe uma grande expectativa para que os processos de extensões de refugiados já reconhecidos que não passaram pelo o Sisconare também sejam feitos dentro do sistema. Hoje, este processo é o único que não se encontra dentro do Sisconare. Os processos de extensão dos refugiados reconhecidos há muito tempo atrás ainda não se encontram no Sisconare, tendo muitas pessoas realizando o cadastramento de processo individual e posteriormente comunicam à nós, solicitando uma conversão ou só comunicam que já possuíam uma extensão e nós analisamos como extensão. Mas esta questão não se encontra totalmente resolvida dentro do Sisconare, tendo a expectativa que se resolva até este ano. Outra funcionalidade que se pretende ser implementada até o final do ano é o ‘Acesso ao Sistema pelos representantes legais’, que acredita que será muito utilizada pela DPU e pela Sociedade Civil, porque hoje somente o solicitante pode acessar o seu próprio processo, ou os de suas extensões. Sabe-se que os solicitantes podem se sentir confortáveis em compartilhar suas respectivas senhas à Sociedade Civil, mas que isso não é recomendável por uma questão de segurança. É importante que a Sociedade Civil, os representantes legais das pessoas tenham um acesso ao sistema de uma forma mais completa. Acredita-se que é um desafio, tendo em vista que o Sisconare não foi desenhado para realizar tal atividade, mas por conta de ser uma necessidade para além do sistema, se julga ser necessário. E a última coisa que se pretende entregar este ano é a ‘Plenária’. Quando se diz sobre plenária, não quer dizer somente a realização e montagem da decisão dentro do sistema, mas sim o registro de todo o fluxo, ou seja, a plenária significa o fim do fluxo do processo dentro do sistema. Isso quer dizer que haverá a entrevista, parecer, comentários de reuniões prévias e, enfim, a plenária. Algumas destas funcionalidades entrarão em produção este ano, isso significa dizer que já estarão disponíveis, como por exemplo registro de ocorrências, diligências, extensão. Já a plenária precisa ser utilizada todo fluxo anterior a mesma para ser montada, acreditando que seja aos poucos que sistemas novos sejam utilizados. Quanto ao ano de 2023, os objetivos são a implementação da funcionalidade de ‘Marcação de entrevistas em lote’ pelo Sisconare, que já está sendo desenhada e desenvolvida, mas que encontra um alto grau de complexidade e que se acredita que seja implementada somente no ano que vem. A grande mudança do Sisconare para o ano de 2023 em termos de fluxo externo é a ‘Marcação de entrevista em lote’. O grande foco para o ano de 2023 é a interligação do Sisconare com outros sistemas da Polícia Federal, tendo hoje somente uma interligação com o Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra). Quando o solicitante faz o

processo no Sisconare, de forma automática a Polícia Federal solicita o DPRNM para o solicitante, não tendo que o solicitante realize nenhuma ação. Se quer a integração com os outros sistemas, como por exemplo o Sismigra para atualizações de dados cadastrais; com o Sistema de Tráfego Internacional (STI) para ser realizada a verificação de que houve viagem por parte do solicitante ou não, já dentro da plataforma do Sisconare, sendo hoje feitas por cruzamento de planilhas e Business Intelligence e como agenda da Polícia Federal, que seria necessário a realização de agendamento nas unidades para o recebimento do refúgio, sendo feito diretamente o agendamento no Sisconare. Há somente uma demanda em que o solicitante agende a entrevista dentro do Sisconare, mas que infelizmente ainda não foi possível criar as condições para que isso seja, de fato, realizado. Há previsibilidade que este tema de discussão entre em algum momento de discussão no ano que vem, mas ainda não se encontra no cronograma formal. Por fim, para os planos de 2023, almeja-se implementar os demais processos acessórios ao reconhecimento da condição de refugiado, sendo principalmente os de manifestação de vontade para reunião familiar (visto) e os processos de viagem, que já possuem fluxos bem desenhados, com o objetivo de melhora na usabilidade dos solicitantes. Reconhece que a utilização de diversos sistemas não é uma boa opção, tendo em vista que pode causar confusão e retrabalho para ambas as partes.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece à Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e ressalta que este projeto é o maior em curso na unidade; que já tem transformado, em 2019 – em menor grau –, e a partir de 2020 – em um grau muito elevado – a vida do requerente. Afirma que, pouco a pouco, o sistema segue sendo transformado para se obter a integralidade e a completude de todas as demandas centralizadas em somente uma plataforma. Reafirma a dificuldade por parte do requerente, das instituições que prestam apoio e para os membros do Conare, tendo em vista a atual descentralização dos serviços em diversas plataformas. Tendo como grande objetivo almejado a centralização, reconhecendo as eventuais dificuldades, mas ressaltando os esforços já realizados.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** orienta, mais uma vez, que se utilizem do sistema, façam testes e tragam algum retorno para melhorias da plataforma. Agradece, mais uma vez, a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, a Sra. Sylmara, ressalta o trabalho da Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça, das diversas empresas que prestam serviços ao comitê e vários outros parceiros indissociáveis à atividade, sendo a sociedade civil brasileira, espalhada no Brasil, principalmente sendo as unidades de maior demanda, como São Paulo e Roraima. Ressalta que Roraima é uma atividade muito especial, tendo em vista o recebimento dos venezuelanos, e, com São Paulo, tendo um grande parceiro, o CIC do Imigrante, que é do governo do estado, mas também a sociedade civil de São Paulo, que traz muito retorno. Embora não estejam diretamente no desenvolvimento do sistema, acredita que é importante ouvir estes feedbacks, acreditando que estes são parceiros essenciais para a melhoria do sistema. Agradece, também, a Polícia Federal, não somente a Diar, mas também das unidades regionais que estão utilizando o sistema e retornando em forma de feedbacks na melhoria da plataforma.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** convida a chefe da Coordenação-Geral do Conare na cidade do Rio de Janeiro, a Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo, bem como a Sra. Caroline Dias dos Reis para comentar as atuações em rede que têm sido realizadas no Rio de Janeiro.

A **Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo** inicia a palavra dizendo que os comentários a serem realizados complementarão as falas, muito no sentido da política pública voltada ao usuário. Menciona as apresentações da Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e do Sr. Rogério Leda quanto ao saneamento dos processos, a importância de conferir a decisão de um processo de refúgio; menciona a Sra. Ana Carolina Vieira Ribeiro quanto a importância dos estudos de país de origem, trazendo uma isonomia com a devida robustez que facilitarão na resolução dos processos de refúgio; menciona o Sisconare, com todas as suas funcionalidades. A Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo expõe os tópicos que serão apresentados, sendo eles as ações de articulação que têm acontecido no âmbito do Núcleo Regional da Coordenação-geral do Conare na cidade do Rio de Janeiro e os parceiros locais; e sobretudo no que tange aos atendimentos presenciais, que se tem realizado em parceria com a rede local. Faz uma breve contextualização, explicando que o Núcleo da Coordenação-Geral no Rio de Janeiro é recente; que foi criado em 2019, mas acaba tendo a designação dos servidores que vieram compor a equipe apenas em 2020. O funcionamento ocorre nas dependências da Defensoria Pública da União do Rio de Janeiro,

por meio de um acordo de cooperação técnica. Os trabalhos foram iniciados de maneira remota, tendo em vista o contexto da pandemia de covid-19, com o desafio de existir, ocupar este espaço regional, conhecer os atores e de uma maneira se manter próximo ao público. Inicia-se uma articulação por meio de um comitê estadual já existente, o Comitê Estadual Intersectorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM-RJ). A partir deste Comitê, e também a partir da Cáritas-RJ, os parceiros do Acnur, Organização Internacional para as Migrações (OIM), começam a se inteirar do funcionamento dos atendimentos e do panorama do refúgio na cidade e no estado do Rio de Janeiro. E desde maio deste ano, iniciou-se as atividades presenciais no prédio da Defensoria Pública, tendo, também, a incorporação de três servidoras que estão ajudando bastante, sendo elas, respectivamente, as servidoras Sra. Yolanda Cavalcanti Alves, Sra. Monica Salina Lima e a Sra. Fabiane Lopes Santiago dos Santos, então a equipe se duplicou o que acabou conferindo mais dinamicidade para o trabalho, e um pouco de folga para conseguir dar conta das demandas que ao longo dos dois últimos anos foi articulado e trabalhado para ser construída uma parceria vitoriosa. Acreditava que a rede inicialmente era algo mais difícil, mas que reconhece que hoje esta rede de cooperação está funcionando bem, e que além de um comitê estadual foi criado, também, um comitê municipal na cidade do Rio de Janeiro que tem mobilizado os atores para participar e construir um plano municipal de atendimento das pessoas imigrantes e refugiadas. Explica que o início dos atendimentos presenciais se deu no mês de fevereiro de 2022, no município de Nova Iguaçu, através de um convite feito por uma colega do Ministério da Saúde, lotada em uma regional para acompanhar e conhecer a realidade das famílias de etnia Warao venezuelanos que estão abrigados pelo município. Foi conhecida a realidade do abrigo e a realidade das pessoas que lá estavam, e fizeram este primeiro atendimento presencial tocante à documentação, sendo a primeira identificação possível ainda no cenário pandêmico. Foram identificados os processos que estavam pendentes de decisão, os processos que, porventura, precisavam ser diligenciados, dando início à tramitação dos processos no âmbito da Coordenação-Geral do Conare. Destaca que quando pega um processo a ser feito, tenta tramitá-lo o mais longe possível para se conseguir, dentro das possibilidades, entregar um serviço mais robusto. Em Nova Iguaçu foi feito este primeiro mutirão, depois foi integrada à uma rede que fora criada localmente pela assistência social do município, onde hoje participam Cáritas, Acnur, OIM, Conare e diversas secretarias do município, para dar continuidade e acompanhamento mais de perto o atendimento e situação dessas famílias que lá estão. Como falado anteriormente, iniciam-se os trabalhos presenciais da CG-Conare no Rio de Janeiro a partir de maio, e em agosto inicia-se o primeiro mutirão de atendimento à população de rua nos dias 3,4 e 5. Este mutirão foi organizado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), pela justiça do Rio de Janeiro, e foi uma ação incrível que mobilizou todos os órgãos públicos, todos os serviços e organizações da sociedade civil. Estiveram em uma tenda para atender a população migrante que, porventura, estivesse em situação de rua, ou não. Estavam junto com a Cáritas, Acnur e Polícia Federal, participando desta primeira ação. Foram feitos cerca de 40 atendimentos, nem todos sendo situação de refúgio, ressaltando-se a importância do motivos destes órgãos de estarem na mesma tenda. Ressalta a importância do trabalho conjunto com uma organização fundada por haitianos imigrantes no Rio de Janeiro, a Mawom, sendo esta muito ativa no atendimento ao público. Participaram com os mesmos, do mutirão do dia 16 de julho, e no dia 27 de agosto, eles organizam periodicamente mutirão em uma região na cidade do Rio de Janeiro, o Itanhangá, Rocinha, Barra da Tijuca, sendo uma região de presença de imigrantes venezuelanos. Nestes dois últimos mutirões, a Sra. Caroline Dias dos Reis que participou, em que foram feitos cerca de 30 atendimentos. Estes mutirões, conjuntamente com os atendimentos da Mawom, são documentos para além de documentação, questões de empregabilidade, de outras assistências jurídicas que porventura a população possa precisar. Lá estiveram também, como falado anteriormente, tentando atender de não somente de maneira pontual, mas coletando informações que eventualmente possam ser diligenciados, juntando documentação aos autos do processo, informar de maneira presencial, percebendo que esta se aparenta ser mais fácil de ser transmitida e também mais completa. Outros mutirões participados conjuntamente com a Cáritas, também foram realizados em aldeias infantis, nos dias 16 e 31 de agosto, tendo, na próxima semana, dia 14 de setembro, um terceiro mutirão. Para além de estarem próximos aos usuários, se consegue mapear necessidades que possam resultar em uma política de refúgio mais concreta. A última ação está prevista para ser realizada no sábado, dia 17 de setembro, sendo um projeto da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro chamado Rota de Direitos, em que estarão na região do Itanhangá diversas secretarias municipais, sendo as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho, OIM, Acnur, CG-Conare, Defensoria Pública do Estado e outras associações de

imigrantes que participam do CEIPARM, que é o comitê municipal criado a este ano. Existe a expectativa para que se continue trabalhando em rede, chegando à população. Por fim, informa que o atendimento de forma presencial iniciou-se no dia 09 de setembro de 2022, conseguindo organizar o espaço e verificar junto à administração do prédio como se conseguiria realizar este atendimento, e por hora, será realizado um atendimento por demanda espontânea, no escritório, também. No dia 21 de setembro estarão na Cáritas, no município e no abrigo. Os processos que foram decididos recentemente estarão sendo realizados a finalização do apoio na pré-documentação e na articulação com a Polícia Federal para que as pessoas indígenas Warao, que lá estão, consigam obter seus CRNM definitivo. A Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo finaliza a sua apresentação se mostrando à disposição para eventuais dúvidas.

O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté agradece à Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo e passa a palavra à Sra. Caroline Dias dos Reis.

A **Sra. Caroline Dias dos Reis** reafirma as palavras da Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo e acrescenta a informação sobre o quão é importante este trabalho de todas as esferas em conjunto. A atuação do Governo Federal junto com os Estados e municípios, atuando em conjunto com o Poder Judiciário que apoiam –sempre que possível–. A defensoria estadual, o Tribunal Regional, que foi participada uma ação para a população de rua e, por fim, não deixando de ressaltar o trabalho da sociedade civil, que é super importante, sendo super atuantes, tanto a sociedade civil organizada, quanto os próprios refugiados e imigrantes que participam diretamente destes espaços que já estão institucionalizados e que estão tentando construir uma política voltada para eles, com a participação e protagonismo dos mesmos.

O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté agradece à Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo e Sra. Caroline Dias dos Reis ressaltando o ecossistema do refúgio, reafirmando que este não acontece somente em São Paulo, existindo também em Roraima em razão de todo o acontecido nos últimos 5 anos. E, talvez, o que o governo do estado de São Paulo sonhou, em seis anos, de implementar uma espécie de CIC do Imigrante, acabou se materializando primeiramente no Posto de triagem para imigrantes (PTRIG) em Boa Vista e Pacaraima. Mas o PTRIG acabou se tornando o grande modelo dos sonhos, se tornando uma espécie de Poupatempo, que reúne diversos serviços para um indivíduo só. O que se pode ver é a reprodução deste modelo tendo, na última reunião, uma excelente exposição da Polícia Federal de São Paulo sobre a Operação Horizonte, também, sendo uma atuação em rede local. E, no Rio de Janeiro, o que começa a nascer com isso é a presença da Polícia Federal junto com os demais atores, que até então estavam afastados e nem todos os órgãos dos municípios e governo do estado, estavam juntos também. Outra atuação interessante de se ressaltar, também, é a atuação das duas defensorias, tanto a estadual quanto a da união, tendo competências diferentes, mas as demandas dos indivíduos sendo, também, diferentes, não sendo somente uma ou outra defensoria prestando o auxílio. É notada uma multiplicidade de órgãos, tendo uma atuação muito significativa e relevante para os demandantes dos serviços. Quanto ao esclarecimento do dia 21, em Nova Iguaçu, informa que a documentação definitiva da Polícia do Registro Nacional Migratório, será feita para os menores de idade que tiveram a extensão dos efeitos da condição de refugiado deferida na última reunião com base nos exames de DNA, trocando o DPRNM para o Registro Nacional Migratório em Foz do Iguaçu. Considera um número pequeno, não sendo um significativo, mas que considera ser o começo de uma linha de ação que está prevendo se executar para dar solução ao máximo de casos possíveis. Por fim, agradece novamente toda a equipe da CG-Conare no Rio de Janeiro, desejando boas-vindas às novas servidoras do Rio de Janeiro e finaliza perguntando aos membros do Comitê se possuem alguma dúvida, comentário ou sugestão sobre o que foi apresentado.

O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté convida a Sra. Lais Yumi Nitta, chefe da unidade da CG-Conare em São Paulo, e o Sr. Pedro Henrique de Moraes Cícero para falarem do mais recente acordo com a PUC-SP.

A **Sra. Lais Yumi Nitta** cumprimenta os presentes e pede desculpas antecipadas reconhecendo a existência de instabilidade na conexão do núcleo de São Paulo. Inicia a apresentação reiterando a assinatura de um acordo de cooperação técnica no mês de agosto com a PUC-SP, no mesmo escopo do acordo com a FGV, mas ressalta a diferença que, enquanto com a FGV, havia somente acordos com os cursos de Direito e Relações Internacionais, com a PUC-SP foi feito um acordo com todos os cursos da universidade, sendo eles de graduação, pós-graduação, extensão, cursos-livres, tudo que a fundação de São Paulo pode oferecer. Explica que se trata de algo benéfico pois há uma aproximação com a academia, com a sociedade civil, de pessoas que estão estudando, na universidade, produzindo pesquisa. Além da

disseminação de informação e conhecimento sobre refúgio de uma forma bem específica, tendo em vista que os trâmites são feitos apenas pelo Conare. Reforça a importância desta disseminação de conhecimento e conscientização deste tema, ressaltando o que foi falado pelo Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, anteriormente, de que o trabalho não é realizado de maneira individual. As universidades fazem parte deste ecossistema, desempenhando a formação de pessoas e produção de conhecimento no Brasil e no mundo. O escopo deste acordo de cooperação, além da ampliação de pesquisadores para EPOs, que precisam de uma atualização constante em volume e qualidade, engajando também alunos não só de graduação, como pessoas de pós-graduação, sendo estas pessoas que já pesquisam coisas relacionadas aos temas que se tem necessidade. Ambos os atores se beneficiam desta parceria, mas também se consegue atuar em áreas que antes não se vislumbravam, tanto que o acordo de cooperação técnica com a PUC-SP, foi realizada conversas mais intensivas com cursos de Psicologia e de Serviço Social, e de Relações Internacionais, comprovando que este tema é multidisciplinar e transversal, e que não se pode somente focar em apenas uma área de conhecimento. A implementação deste acordo está sendo realizada, estão sendo realizadas conversas com as professoras para delineamento de projetos mais específicos dentro de tais áreas de atuação. Para fins de complementação, a Sra. Lais Yumi Nitta convoca o Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero.

O **Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero** agradece à Sra. Lais Yumi Nitta e dá bom dia a todos presentes. Complementa a fala, explicando que se trata de um projeto de longo prazo, que tem uma duração de no mínimo 5 anos, tendo a ciência de que pode ser renovado. O acordo de cooperação técnica foi formalizado através de processos administrativos internos formalizados por ambas as partes e, agora que todos os trâmites foram realizados, estão sendo pensadas atividades concretas a serem desenvolvidas. Salienta a importância do ambiente acadêmico com seu aporte de variadas camadas que compreendem o tema da migração e do refúgio como um todo. Evidência que, em um primeiro momento, há uma aproximação de um núcleo de professores e professoras que trabalham com Relações Internacionais da PUC-SP. Sendo importante salientar que a PUC-SP compõe, junto com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), o programa Santiago Dantas, que é um programa de pós-graduação em Relações Internacionais interinstitucional, sendo um programa de grande relevância na área, o que pode vir a trazer aporte de estudantes de pós-graduação que poderão apoiar na produção de EPOs, mas também, nas áreas de políticas de refúgio, haja visto que as políticas públicas que tratam sobre a questão do refúgio no Brasil também são parte da agenda de pesquisa que muitos desses pós graduandos desenvolvem tanto no programa Santiago Dantas, como em outros programas que vislumbram, no futuro próximo, obter acesso. O Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero finaliza sua fala se prestando à disposição a eventuais dúvidas de como este acordo está sendo desenvolvido na prática.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece a disposição da Sra. Lais Yumi Nitta e do Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero, e pergunta à plenária se há eventuais dúvidas, sugestões e comentários. Mas, antes, aproveita para deixar o registro de todo diálogo e construção dessa parceria capitaneada, não só, mas principalmente pela Sra. Lais Yumi Nitta, representando a unidade de São Paulo, sendo um trabalho que demandará muita produção de muitos atores. Haverá toda a interlocução com a universidade, com os voluntários, com os servidores e com o próprio Acnur, que possui um apoio de consultoria nosso, na unidade de São Paulo. Continuarão sendo realizados trabalhos conjuntos, em uma interlocução que se abrirá entre o trabalho da PUC-SP, com a gestão de estudos de país de origem, localizada em Brasília, e que amplia a capacidade de produção em algum percentual que certamente trará insumos importantes para todos. Sem outras manifestações, a palavra é devolvida à Sra. Lais Yumi Nitta.

A **Sra. Lais Yumi Nitta** acredita que são identificados resultados, pois com a turma já atuando percebe-se uma busca por uma linha profissional, encaminhando suas respectivas vidas profissionais para atuação na área de refúgio e imigração. Tais estudantes já conseguiram estágios na área, acredita que está havendo uma colaboração na formação de mão de obra qualificada nesta temática sendo muito necessária atualmente. É notado o excesso de tarefas por todas as partes, com o excesso de trabalho e sem mão de obra qualificada para tratar de todos os casos, seja na sociedade civil, seja no serviço público, tendo escassez em todas as áreas e poucas pessoas especializadas no assunto, principalmente na área da defensoria pública. Ressalta que se tenta focar em capacitações para a colaboração na formação de mão de obra. Acredita que se conseguir, desde a época da faculdade, abrir essa vontade de se especializarem e

atuarem na área, o sistema do refúgio, como um todo, vai se beneficiar, inclusive o público final. Reforça a existência de voluntários no núcleo, que participaram das primeiras edições do projeto com a FGV. Espera expandir com outros cursos e áreas de atuação, pois se entende que as necessidades do público alvo extrapolam os processos, como por exemplo a necessidade de atendimento em postos de saúde, saúde mental, empregabilidade, assistência social, então se quer colaborar cada vez mais com este ecossistema.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece à Sra. Lais Yumi Nitta e abre o espaço para dúvidas. A senhora Irmã Rosita Milesi se manifesta.

A **Sra. Irmã Rosita Milesi** pergunta se para deferimento dos processos de solicitação de refúgio dos venezuelanos, é necessário anexar documentos da Venezuela. Realça que se tem feito uma ação muito articulada em Brasília, com o grupo étnico Warao, sendo mais de 100 pessoas sem documentos, feito inclusive em uma força tarefa em conjunto com a Polícia Federal e o Governo do Distrito Federal (GDF), onde todos estariam renovando os seus respectivos protocolos de refúgio. A Sra. Irmã Rosita Milesi questiona se estes processos serão deferidos em algum momento, pois acredita não ser fácil lidar com tantas pessoas que renovam e esperam o deferimento dos processos. Havia, também, percebido a necessidade de anexar algum documento da Venezuela para que possa ser apreciado e deferido o pedido de refúgio. Pergunta, também, qual seria o modo de anexação destes respectivos documentos. Explica que a urgência pelas se dá pelo fato destes viverem em zonas rurais, o que se torna uma dificuldade para os mesmos

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece à Sra. Irmã Rosita Milesi e responde que não é necessário anexar documento da Venezuela para ter o processo deferido, assim como não é necessário de nenhuma nacionalidade. O problema que se encontra é que, sem a documentação do país de origem, a forma mais segura que se tem para comprovar a nacionalidade é a entrevista, e hoje a entrevista consome bastante tempo, seja do Conare, do requerente e diversos outros envolvidos. Aos venezuelanos, e as demais cinco nacionalidades onde se tem procedimento simplificado de determinação da condição de refugiado, sendo estes Iraque, Afeganistão, Mali, Burkina-Faso e Síria, a todos estes não é necessário ter o documento do país de origem. Não tendo como provar a documentação, a solução será através da entrevista, sendo este um processo ordinário e eventualmente mais moroso. Para todos estes, tendo uma documentação que comprove a nacionalidade do país de origem, o solicitante de refúgio se habilita a entrar no procedimento simplificado de determinação da condição de refugiado, onde se dispensa a entrevista. Então, para facilitar o cruzamento de dados, precisa que o documento deste solicitante conste em algum sistema, entre o Sisconare ou o STI-MAR. Supondo a história de que o requerente, ao pedir o refúgio pela primeira vez, não tenha apresentado nenhum documento, para nós, ele é potencialmente um refugiado pela nacionalidade, só que ele não entrará no procedimento simplificado. Passa-se dois anos, e este mesmo solicitante apresenta o documento, junto com a renovação do protocolo apresentando à Polícia Federal, e esta Polícia Federal anexa esta informação ao STI-MAR, e ao mesmo tempo ao Sisconare, haverá o documento de nacionalidade deste solicitante em dois sistemas, então o documento não é condição para reconhecer a condição de refugiado, mas é uma condição que permite dispensar a entrevista e colocar aquele requerente em um procedimento mais célere, tanto para a análise, quanto para a solução do processo ao requerente. O Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté que instrua os requerentes a apresentarem os respectivos documentos do país de origem, seja na Polícia Federal, seja no Sisconare, porque com isso é possível avaliar o processo para passá-lo à uma análise simplificada. Reitera que a questão do documento foi falada em 2019, quando foi passada a primeira lista, e na sequência também, em janeiro de 2020, porque é o maior lastro da nacionalidade, para se ter a maior tranquilidade em um cruzamento de base de dados não passar, por exemplo um colombiano, cubano, haitiano, que é muito frequente se autodeclararem venezuelanos como se têm visto em um caso ou outro. O documento é essencial para o processamento simplificado, mas não é condição única para a determinação final do processo.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** pede a palavra para acrescentar que se o solicitante tiver o documento, mas não estiver no período da renovação de protocolo de refúgio, o solicitante pode fazer um peticionamento intercorrente no Sei lincando o número de processo. Em geral, se faz uma diligência, quando chega o momento desta pessoa ser analisada e se nota que não há a documentação, a primeira coisa que se faz é a diligência. Informa que se já tiver feito o peticionamento,

envie um e-mail informando que já existe pois com isso se demonstra um maior interesse no processo e poderá entrar em uma fila mais acelerada.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** informa à Sra. Irmã Rosita Milesi que se ela conseguir organizar uma lista de venezuelanos, com seus respectivos números de processos, possuindo um documento, envie ao Conare, se comprometendo a verificar a possibilidade de uma força-tarefa para sanear-los. Explica que para o Conare, é interessante dar soluções a este tipo de processo; que estas forças-tarefas são realizadas em mais frequência em São Paulo e Rio de Janeiro, mas que são realizadas, também, em parceria com o Acnur, em Manaus, Belém, Belo Horizonte, Florianópolis. Então vão a outras cidades, justamente fazendo este tipo de ação, e existem parceiros locais ajudando, nunca estando sozinhos neste tipo de ação.

A **Sra. Irmã Rosita Milesi** agradece ao Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté e se manifesta sendo favorável a que estas pessoas, tendo a documentação, possam ter o processo agilizado, sendo esta razão, também, que se é muito apreciado. Portanto, colaborar com o documento do país facilitará a vida destas pessoas. Informa que não se sabia, no caso dos indígenas, que, recentemente, em um grupo de oitenta, cinquenta possuíam o documento venezuelano, mas não estavam no processo. Acredita que assim, em outras circunstâncias, ocorre o mesmo, e de fato, o que se quer é a dispensa da entrevista, tendo em vista que pode não ser necessária, desde que a pessoa comprove, com documentos, a nacionalidade. Finalizando a explicação e agradecendo pelas respostas.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece mais uma vez à Sra. Irmã Rosita Milesi e passa a palavra, seguindo uma ordem, aos que se manifestaram usando a funcionalidade levantar a mão na plataforma.

A **Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo** inicia reiterando à Sra. Irmã Rosita Milesi a importância de sua fala, sobre a importância de garantir a análise mais acelerada daqueles processos, mas também a obtenção da resposta, porque grande maioria destes processos não têm um e-mail cadastrado, ou o e-mail é retornado. Por mais que se tivesse decidido o processo, muitas vezes a pessoa não estava ciente da decisão. Então, complementando ao que foi falado pelo Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté e a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, caso se consiga organizar os documentos venezuelanos destas pessoas, não sendo obrigatório, mas sim sendo a via de que os processos sejam analisados de forma célere, e a partir do momento em que vocês entram como parceiros, se consegue garantir, ao menos, que eles saberão da decisão do Conare. Para finalizar, explica que, com a experiência que se tem com a população indígena, é que muito se tem a ver com a forma de como se é perguntado, a questão do documento. Quando se aprende a maneira de perguntá-los, seja da maneira, ou das palavras que eles se utilizam, surpreende-se que, sim, muitos têm, principalmente os adultos, e que pode garantir o acesso à eles da resposta ao refúgio de uma maneira muito mais acelerada, e integral, não tendo que todos os anos se precisa ficar renovando o protocolo de refúgio. A Sra. Clarissa Carmo termina a sua fala se colocando à disposição para sanar eventuais dúvidas.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** agradece à Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo e pergunta se existem outras dúvidas a serem apresentadas.

O **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté** encerra a centésima sexagésima quarta Reunião Ordinária do Conare agradecendo a paciência de todos e acreditando que foi uma grande oportunidade de prestação de contas de todo trabalho interno realizado. Ressalta, também, a importância, mais uma vez, da consciência do Conare de todos os esforços que são realizados no âmbito da Coordenação-Geral, onde se tem preocupado em desenvolver e promover a melhor prestação de serviço público e com a maior qualidade para o público específico.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **27045821** e o código CRC **114A98A3**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
